SINMED·MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

TRABALHO MÉDICO

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Ano 5 - nº 23 - julho/agosto 2009

Impresso Especial
9912163762/2007 DRMG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...

SINDICATO CONDUZ MAIS DE 15 CAMPANHAS SIMULTÂNEAS POR MELHORIAS SALARIAIS E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Com o argumento de que a crise econômica afetou a receita, prefeituras e Estado têm se negado a negociar com os servidores médicos. Com o apoio do Simmed-MG, a categoria não aceita essa desculpa. A saúde pública não pode parar e precisa de investimentos. Sem médico, não há saúde! Unidos por melhores salários e condições que permitam um atendimento adequado à população e o exercício digno da profissão, médicos de várias localidades estão em campanha.

Médicos de Contagem, em unidade no Bairro Eldorado, em dia de paralisação

Assembléia dos médicos da PBH, dia 1º de julho, no sindicato, mostra grande mobilização

COOPERATIVISMO MÉDICO

Entidades médicas debatem cooperativismo em evento nacional

O Sinmed-MG esteve presente no II Fórum Nacional sobre Cooperativismo Médico, em Brasília, com a participação de mais de 200 pessoas. O cooperativismo médico no Sistema Único de Saúde foi um dos principais temas abordados, assim como a implantação da CBHPM no SUS, dois assuntos que merecem atenção especial das entidades e dos gestores da saúde. Também teve destaque a discussão sobre o Sistema Unimed.

PÁGINA 10

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Balanço de 2008 mostra crescimento e força da entidade

O número de médicos que participam do sindicato, pagando as contribuições sindical e social, cresceu cerca de 150% no período de 2005 a 2008, conforme balanço publicado nesta edição. A maior aproximação da categoria mostra que o sindicato tem cumprido o seu papel de representante dos médicos nas várias lutas por melhores condições salariais e de trabalho. Reflete, ainda, os esforços da diretoria para trazer novos associados para os quadros da entidade.

PÁGINA 11

LUTAS SINDICAIS

Médicos da PBH e HMOB fazem a terceira paralisação do ano, dia 23 de julho, e mostram força da categoria PÁG. 4

Profissionais do Estado fazem assembléia e iniciam campanha. Médicos da SES lutam também pelo reconhecimento da carreira PÁG. 5

Betim, Uberlândia, Sete Lagoas e Ribeirão das Neves são algumas das cidades onde os médicos lutam por melhorias PÁG. 6

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Sindicato lança nova campanha de acerto de contribuições sindicais em atraso. Participe!

PÁG 2

SEUS DIREITOS

Sindicato dos Médicos consegue na Justiça reconhecimento de direitos dos médicos do Cersam

PÁG 8

RETRATO DA PROFISSÃO

A jovem médica Juliana Markus fala da profissão, de expectativas e da saúde na cidade de Uberlândia

PÁG 12

EDITORIAL

2009 tem sido marcado pela grande mobilização dos médicos em todo o Estado. Nunca tantas campanhas foram deflagradas ao mesmo tempo, o que demonstra a confiança dos médicos no sindicato e o grau de insatisfação com as condições de trabalho e salariais. Em nível nacional, a mobilização também tem sido grande, seja no Congresso, com o acompanhamento de projetos de interesse da categoria, ou no cotidiano das lutas nos Estados.

Entretanto, este ano tem sido marcado também pela crise financeira internacional, que deu aos gestores a desculpa da queda de arrecadação para não recompor os salários. Em todo o Estado temos sustentado que é justamente nos momentos de crise que os governantes têm que exercer a principal qualidade do ato de governar, que é estabelecer prioridades. E, todos sabem, a saúde é a principal delas para a população. Há muito temos alertado para a necessidade dessa priorização e, nesse momento, não pode ser diferente. Os argumentos dos gestores parecem renovar o ânimo da categoria, que, em todos os níveis, tem se organizado e manifestado suas reivindicações.

Em Belo Horizonte, onde o prefeito concedeu aumento de 26% para si e seus secretários no início do ano, a paralisação conjunta dos servidores em 23 de junho mostrou a grande mobilização e a importância da participação dos médicos nesses movimentos. A grande repercussão na imprensa fez com que a Prefeitura saísse do reajuste zero para uma postura de avaliar a reivindicação a partir de agosto. É pouco, mas ao longo dos anos aprendemos que para os gestores se moverem o mínimo que seja é necessário um grande esforço de mobilização.

Em 1º de julho, uma nova paralisação, dessa vez só dos médicos da PBH, atingiu 80% das unidades de saúde da capital. Em Betim, a operação "caixa zero" já provoca movimentos dos gestores. Contagem mantém a mobilização, assim como Uberlândia, Ribeirão das Neves e tantas outras.

Esta edição do "Trabalho Médico" traz as principais campanhas em andamento sob a liderança do Sinmed-MG. Campanhas que demandam um grande esforço de convocação, organização e condução de assembléias; confecção e distribuição de material de divulgação; formulação e envio de ofícios; participação em reuniões de negociação com os gestores; entre tantas outras ações. Tudo isso só é possível com a efetiva participação dos colegas interessados em cada campanha. Sem essa colaboração, não há como o sindicato conduzir sozinho os movimentos em todo o Estado.

Toda a diretoria está envolvida nesse trabalho e convoca os colegas, nos vários municípios, a organizar o seu local de trabalho para avançarmos sempre mais na construção de um sistema de saúde justo para toda a população. A luta dos médicos por condições dignas de trabalho é a luta da cidadania pela garantia do direito humano básico à assistência de saúde de qualidade.

Diretoria Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG **Fone:** (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva: *Amélia Maria Fernandes Pessôa, André Christiano dos Santos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos e Souza, Paulo Eustáquio Marra Pinto.. Licenciados: Aroldo Gonçalves de Carvalho e Élson Violante*
Conselho Diretor - Demais Membros: *Aloísio Daher de Melo, Camilo Batista Goulart, Djard Lisboa Moreira Filho, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Geraldo José Coelho Ribeiro, Luís Edmundo Noronha Teixeira, Luiz Felipe Viotti Fernandes, Margarida Constança Sofal Delgado, Maria de Fátima Braz, Regina Fátima Barbosa Eto, Salim Antônio Issa. Departamento estatutário: Marco Antônio Torres (Saúde do Trabalhador)*
Conselho Fiscal: *Eliane de Souza, Helder Avelino Yankous Santos (licenciado), José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Luciana Rabelo Ferreira, Maria Lucinda Macedo Foureaux.*
Ouvidoria Sindical: *Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Márcio Costa Bichara.*
Assessoria de Comunicação: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)/Rosâgnela Costa (MT 11.320/MG)*
Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*
Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP) e Luciana Marcatti (MT 09.384/MG)*
Projeto gráfico: *Zoo Comunicação*
Diagramação e ilustrações: *Genin Guerra*
Fotos: *Gláucia Rodrigues*
Impressão: *Gráfica Del Rey*
Tiragem: *24.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CAMPANHA

SINMED-MG LANÇA CAMPANHA DE ACERTO DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS EM ATRASO E SORTEIA CARRO ZERO

O sindicato oferece uma nova oportunidade aos médicos filiados e não filiados de pagarem as contribuições sindicais em atraso nos últimos cinco anos (2004 a 2008). Para facilitar, os débitos poderão ser quitados em oito parcelas, com o primeiro vencimento no dia 10 de setembro e o último no dia 10 de abril, no próximo ano. Os médicos receberão os boletos no endereço que consta no cadastro do sindicato.

Como um incentivo a mais, o Sinmed-MG sorteará, em maio próximo, um carro zero quilômetro. Concorrerão ao prêmio todos os médicos quites com a contribuição sindical, no período de 2004 a 2008, incluindo os que participarem da nova campanha e os que já estavam em dia. O regulamento completo da campanha está disponível no site do Sinmed-MG: *www.sinmedmg.org.br*

É importante lembrar que a contribuição sindical é um tributo federal e obrigatório por lei para todos os médicos – celetistas, estatutários, autônomos, de convênio, sindicalizados ou não. Diferentemente da contribuição social, que garante a filiação e uso dos serviços oferecidos pela entidade, mas não é obrigatória.

O não pagamento da contribuição sindical, cujo valor é equivalente a um dia de trabalho, pode acarretar penalidades como a não efetivação em concursos públicos ou a suspensão do exercício profissional pelos órgãos autárquicos disciplinares, mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

Ao pagar a contribuição sindical, o profissional, além de ficar quite com o fisco, reconhece o

sindicato como seu legítimo representante e delega à entidade a defesa de seus direitos trabalhistas. O Sinmed-MG alerta aos médicos que estão pagando a contribuição sindical para o sindicato de outras categorias sobre a importância de transferir o pagamento para o Sindicato dos Médicos. Para fazer essa mudança, entre em contato com o departamento jurídico do sindicato, pelo telefone 31- 3241-2811.

CONTAGEM

MÉDICOS ACEITAM REPOSIÇÃO SALARIAL, MAS LUTA PELO REAJUSTE CONTINUA

Os médicos de Contagem reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 2 de julho, na sede do sindicato, para discutir a proposta de reajuste apresentada pela prefeita Marília Campos ao diretor Djard Lisboa e ao advogado José Costa, no dia 25 de junho.

A categoria decidiu aceitar os percentuais – de 3,82% no salário de agosto e 2% no salário de dezembro, incidindo também no 13º salário – apenas a título de reposição dos últimos doze meses.

No entanto, os médicos continuam mobilizados com o objetivo de garantir uma recomposição salarial, para repor as perdas dos anos anteriores. O Sinmed-MG enviou um ofício à prefeita, solicitando, em caráter de urgência, uma nova reunião, para dar andamento às negociações.

O diretor Djard Lisboa, que representou o sindicato nas reuniões, ressalta que será necessária a mobilização de toda a categoria, já que a prefeita não se mostrou aberta a negociações que impliquem em impacto financeiro. Durante o encontro, a gestora comunicou que esses índices são o máximo que a Prefeitura pode conceder, sem possibilidade de haver uma contraproposta. "A justificativa é que o município registrou uma queda expressiva na arrecadação em função da crise econômica", conta Djard.

Quanto ao Plano de Carreira, a prefeita se colocou à disposição para diálogo e avanço nas negociações, com a expectativa de que seja aprovado ainda este ano.

Paralisação mostrou força da categoria

Em busca de melhores salários e condições de trabalho , os médicos da rede pública de Contagem fizeram, no dia 2 de junho, uma paralisação de 24 horas. Vestidos com coletes pretos, eles distribuíram folhetos à população em frente ao Centro de Especialidades Médicas Iria Diniz, no bairro Eldorado.

Levantamento realizado pelo Sinmed-MG, junto às unidades de saúde de Contagem, mostrou que cerca de 90% dos médicos aderiram à paralisação. O saldo foi considerado positivo pelo sindicato e confirmou, novamente, que a categoria está unida na hora de lutar pelos seus direitos.

Para o cirurgião vascular, George Neves de Almeida, presente à paralisação, há um ano e nove meses trabalhando no Hospital Municipal de Contagem, apesar de muita coisa ter sido construída, as deficiências ainda são grandes: "Desde que entrei no hospital, são comuns as queixas de falta de material e de outras especialidades, para um atendimento eficiente ao paciente".

Segundo ele, a solução dos problemas é papel dos gestores, cabendo ao médico dar um parecer técnico na sua especialidade, de preferência em forma de documento, à direção do hospital, sobre o que é preciso para que aquela equipe possa atender da melhor forma os pacientes.

"É uma obrigação como cidadão, como profissional. Classe médica e funcionários do hospital, de todas as esferas do trabalho, precisam se unir, se movimentar para exigir da administração e dos políticos valorização profissional e melhores condições de trabalho e de salário, para que isso se reverta em benefícios para a saúde pública".

George Neves, médico de Contagem

Assembléia dos médicos de Betim no sindicato

BETIM

Médicos de Betim fazem operação "caixa zero" e usam coletes pretos

Os médicos da Prefeitura de Betim, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no Simmed-MG, dia 8 de julho, decidiram intensificar as ações propostas pela operação "caixa zero", conforme deliberado na assembléia anterior, dia 1º de julho.

A operação inclui ações que impeçam, dificultem ou protelem o faturamento de procedimentos pela Prefeitura, tais como o não preenchimento da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e de formulários para procedimentos de alto custo, quando realizadas na rede pública. A mobilização também se intensifica. Como uma forma de protesto, os médicos de Betim vão trabalhar usando colete preto.

Uma nova assembléia foi marcada para o dia 5 de agosto, com indicativo de paralisação, para outras deliberações caso a Prefeitura não atenda às reivindicações da categoria.

Durante a assembléia, o sindicato distribuiu Livros de Ocorrências para as unidades de urgência de Betim, Maternidade e Hospital Municipal. O objetivo é que os médicos relatem sistematicamente situações adversas que dificultam uma assistencia médica de qualidade, como falta de segurança ou sobrecarga no atendimento.

A categoria reivindica, ainda, presença na mesa de negociação permanente do município, que não incluiu o Sinmed-MG, sendo que o Sind-Saúde foi considerado o representante de todos os servidores da saúde, para negociação das pautas de campanha salarial.

O Sinmed-MG vai solicitar ao departamento jurídico um estudo sobre a possibilidade de ação contra a Prefeitura de Betim pela suspensão temporária da progressão no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos.

O Sinmed-MG encaminhou novamente um ofício para a Secretaria Municipal de Saúde do município cobrando a realização de uma reunião para reabrir as negociações, antes da próxima assembléia com os médicos. Uma audiência foi agendada para 14 de julho

Reivindicações

- Recomposição dos vencimentos, incluindo o salário mínimo profissional defendido pela Fenam, de R$8.239,24, para 20 horas semanais.
- Garantia da efetivação das conquistas de 2008, como aumento do percentual de gratificação de 5% para 10% aos médicos com jornada de 20 horas semanais em ambulatório.
- Extensão do percentual de 20% para todos os médicos que trabalham em unidades de urgência.
- Revisão da lei que prevê a perda integral da gratificação do mês na hipótese de falta ao trabalho, mesmo mediante a justificativa comprovada.
- Efetivação da MESUS, com criação de comissão permanente visando a discussão e implantação de melhores condições de trabalho.
- Revisão dos critérios para progressão por escolaridade exigidos para os cursos que implicam na mudança de níveis no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do município.
- Melhoria das atuais condições de trabalho.

PBH

MÉDICOS DA PBH E HMOB DECIDEM POR NOVA PARALISAÇÃO E ASSEMBLÉIA DIA 23 DE JULHO

Os médicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e do Hospital Municipal Odilon Behrens deliberaram em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 8 de julho no auditório do Sinmed-MG, por uma nova paralisação de 24 horas, a partir das 7 horas do dia 23 de julho.

A medida é uma forma de mostrarem a insatisfação com o rumo das negociações com a Prefeitura, que, até o momento, não atendeu efetivamente nenhuma das reivindicações da categoria.

Na última reunião realizada, dia 6 de julho, na Secretaria de Saúde, com o presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, diretores André Christiano dos Santos e Paulo Marra, advogada Mariana Lobato e o médico Raidam de Carvalho Canuto, do Hospital Dia Sagrada Família, tudo continuou no campo da promessa. Participaram pela Prefeitura o secretário de Saúde, Marcelo Teixeira; o secretário de Recursos Humanos, Márcio Lúcio Serrano; e assessores.

Para mostrar que "estão dando o sangue pela saúde em Belo Horizonte", os médicos decidiram também, durante a AGE, fazer um movimento de doação de sangue no Hemominas, no mesmo dia da paralisação.

A categoria também decidiu que o Sindicato dos Médicos vai propor aos sindicatos dos demais servidores da Prefeitura ações conjuntas a partir de agosto.

Caso as reivindicações da categoria não sejam atendidas até a data da paralisação, os médicos iniciam, já no dia 24 de julho, a chamada operação "caixa zero", que inclui medidas como o não preenchimento da Autorização de Internação Hospital (AIH). O objetivo do "caixa zero" é protelar ou dificultar o faturamento de procedimentos pela Prefeitura, uma forma de pressionar os gestores, sem prejudicar a população.

Movimento cada vez mais forte

A paralisação do dia 23 de julho será a terceira do ano realizada pelos médicos da rede municipal de saúde. As duas anteriores aconteceram nos dias 23 de junho, junto com os servidores municipais, e 1º de julho.

Segundo levantamento do sindicato, na primeira paralisação do ano, 80% das unidades de saúde de Belo Horizonte aderiram ao protesto e suspenderam total ou parcialmente os atendimentos. Apenas os casos de urgência e emergência foram mantidos. Nesse dia, o presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, compôs mesa na assembléia dos servidores municipais, mostrando a solidariedade dos médicos ao movimento.

A grande adesão a essa paralisação foi um importante termômetro para medir a insatisfação dos médicos com os gestores, que insistem em reajuste zero este ano, alegando que a crise afetou as contas da Prefeitura. Enquanto isso, o próprio prefeito aumentou seu salário e o do primeiro escalão em 26%, no início de 2009.

Sem nenhum retorno dos gestores, uma nova paralisação, de 24 horas, foi realizada no dia 1º de julho, também com forte participação da categoria.

Assembléia, dia 1º de julho, no Sindicato dos Médicos

Os médicos da PBH reivindicam

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL E OUTROS BENEFÍCIOS

- Recomposição dos vencimentos, incluindo salário mínimo profissional defendido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), de R$8.239,24; aumento do valor nominal do vale-refeição, atualmente fixado em R$5, para R$15; readequação e definição da carga horária dos médicos que integram o PSF em 40 horas semanais; correção dos valores dos abonos de fixação e de urgência pelos mesmos índices de correção salarial que vierem a ser aplicados sobre o vencimento básico; extensão dos benefícios conquistados aos médicos contratados.
- Concessão do abono fixação tipo D para os médicos do HMOB.
- Pagamento dos mesmos abonos concedidos aos cirurgiões e anestesistas do HMOB para os médicos do Hospital Dia Sagrada Família.
- Efetivação imediata dos pontos acordados na MESUS na última gestão.
- Revisão dos critérios para progressão por escolaridade exigidos para os cursos que implicam na mudança de níveis no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do município, de forma a contemplar também os cursos com carga horária menor para fim de banco de horas.
- Garantia de 1º de maio como data-base da categoria.

MELHORIA NAS ATUAIS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Garantia de equipes completas de serviços, com realização de concurso público para preenchimento das vagas; garantia da disponibilidade constante de medicamentos, materiais e equipamentos médicos em todas as unidades de saúde; relação adequada do número de médicos/pacientes em todas as unidades de atendimento; promoção de ações em conjunto com os órgãos competentes de forma a garantir condições mínimas de seguranças para servidores e usuários em todas as unidades de atendimento.

JOÃO XXIII

Médicos continuam em negociação

Os médicos do João XXIII realizaram, no dia 30 de junho, uma nova Assembléia Geral Extraordinária (AGE) para deliberar sobre o movimento. Na assembléia foi decidido que continuam suspensas as ações de pressão administrativa – como o não preenchimento da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), da folha de pedido de exame de alto custo e do software Alert. A próxima assembléia, com indicativo de paralisação, foi marcada para o dia 20 de agosto, quando haverá uma nova avaliação do movimento.

O presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, explica que a categoria continua sem as suas principais reivindicações atendidas: remuneração digna, reenquadramento no Plano de Carreira, condições de trabalho adequadas, garantia da normalização do pagamento dos abonos aos médicos que não estão recebendo o benefício no contra-cheque e garantia de equipes completas, entre outras.

Segundo ele, na última reunião realizada, dia 25 de junho, na Secretaria de Saúde, com a presença do presidente da Fhemig, Luis Márcio Araújo Ramos; do diretor do João XXIII, Antônio Carlos Barros; e de representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), o governo acatou sugestões que podem garantir algumas das reivindicações dos médicos da urgência e emergência, contemplando mudanças nas tabelas de progressão horizontal e vertical e na Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços (GIEFs). Uma próxima reunião foi agendada para o dia 11 de agosto, quando a Seplag apresentará o estudo de impacto das medidas.

ESTADO

MÉDICOS DO ESTADO RETOMAM LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES SALARIAIS E DE TRABALHO

Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), no Sinmed-MG, dia 9 de junho, médicos servidores do Estado vinculados à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), Secretaria do Estado de Saúde (SES) e Hemominas deflagraram a campanha salarial de 2009.

Na reunião presidida pelo diretor Jacó Lampert, eles construíram uma pauta conjunta envolvendo todos os médicos do Estado, como uma forma de fortalecer a luta. Um oficio foi enviado ao governo do Estado e secretários com as reivindicações da categoria e a solicitação de uma audiência com os gestores.

Pauta dos médicos do Estado

- Recomposição dos vencimentos, incluindo salário mínimo profissional defendido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), de R$8.239,24, para 20 horas semanais.
- Equiparação e ampliação dos abonos para todos os setores de urgência e emergência no âmbito da Fhemig.
- Adicional noturno para todos os médicos plantonistas
- Adicional de insalubridade.
- Melhoria das atuais condições de trabalho, considerando aspectos como garantia de equipes completas de serviços; garantia de disponibilização de medicamentos, materiais e equipamentos médicos em todas as unidades de saúde e relação adequada do número de médicos/pacientes.
- Criação do cargo de médico para os profissionais da SES, com carreira própria, nos moldes do que hoje já existe em relação aos servidores da Fhemig e Hemominas.

Pediatras do Hospital João Paulo II fazem nova assembléia dia 29 de julho

Os médicos do Hospital João Paulo II (antigo Centro Geral de Pediatria) se reuniram em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 15 de julho, para discutir alguns pontos específicos da pauta de reivindicações. A reunião contou com a presença do presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, e do advogado do sindicato José Costa.

As principais reivindicações dos pediatras são reajuste salarial; equiparação do abono de urgência com toda a rede Fhemig; pagamento do abono de urgência para todos os médicos do HJPII, inclusive os que trabalham na enfermaria e estão à frente dos pacientes em cuidados semi-intensivos e intensivos. Reivindicam também adicional noturno para todos os médicos, adicional de insalubridade e melhores condições de trabalho, com equipes completas nos plantões.

O Sindicato dos Médicos enviará documento à direção da Fhemig e do hospital com as reivindicações. Uma nova assembléia foi marcada para o dia 29 de julho, às 7 horas da manhã, na sala dos médicos do Pronto Atendimento, para avaliar o retorno dos gestores e decidir os rumos do movimento.

Situação dos médicos da SES é crítica

A situação dos cerca de 1.500 médicos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) é um dos maiores exemplos do desrespeito do governo com a categoria. Admitidos em concurso para a SES, eles não entraram no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos médicos do Estado, em 2005, e continuam classificados como Analistas de Atenção à Saúde.

Além de não terem o cargo de médico, recebem salários completamente defasados em relação à própria Fhemig e lutam até hoje pelo adicional de insalubridade, apesar de conviverem diariamente com situações de risco, como acontece no Centro de Saúde Oswaldo Cruz e no Hospital Júlia Kubitschek.

A alegação do governo é que eles são os últimos médicos concursados pela secretaria na ativa. "Vai ser uma carreira extinta, mas eu não sou extinta. Não temos culpa se o modelo mudou", diz uma das médicas nessas condições.

Em alguns casos, os médicos foram municipalizados, ou seja, apesar de terem feito concurso para a SES prestam serviços à Prefeitura, recebendo complementariedade do trabalho, sem no entanto receber os impactos trabalhistas diretos sobre essa parcela.

IPSEMG

GOVERNO NÃO ATENDE A PROPOSTA DE REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA E A LUTA DOS MÉDICOS DO IPSEMG CONTINUA

Sem uma resposta positiva do governo em relação à reivindicação de reposicionamento na carreira, os médicos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) continuam mobilizados para garantir seus direitos por melhores condições de trabalho e salários.

No dia 23 de junho, a categoria reuniu-se em nova Assembléia Geral Extraordinária (AGE), para avaliar a negociação com o governo e definir os próximos passos do movimento reivindicatório. Um dia antes, o presidente do Sindicato dos Médicos, Cristiano da Matta Machado, a advogada Mariana Lobato e o diretor clínico do Ipsemg, Luciano Dantés, reuniram-se com representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (Seplag). Durante o encontro, as respostas apresentadas pelo governo foram uma negativa às reivindicações urgentes dos médicos do instituto.

Quanto às obras no Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP), o representante da Seplag argumentou que estão aprovadas pelos técnicos e pelo CREA e que, portanto, não serão adiadas.

Sobre o reposicionamento na carreira, principal pleito da categoria, a área de Recursos Humanos do Ipsemg negou que a situação esteja irregular. A alegação foi que os médicos conquistaram o cargo, em projeto aprovado na Assembléia Legislativa em 17 de dezembro do ano passado, mas que isso não incluia o reposicionamento na carreira.

O sindicato vai solicitar, por deliberação da assembléia, por meio de ofício, o parecer dos gestores para justificar porque não poderá ser concedido o reposicionamento na carreira. Caso não haja nenhuma resposta satisfatória, a categoria poderá definir por nova paralisação.

Os médicos do instituto também decidiram pela proposição de uma ação civil pública para realização de concurso, a ser encaminhada pelo departamento jurídico do sindicato.

A próxima Assembléia Geral Extraordinária com os médicos do Ipsemg está prevista para início de agosto.

Ação judicial para reposicionamento na carreira

Os médicos do Ipsemg que ainda não foram reposicionados na carreira para o nível IV já podem entrar com pedido de ação judicial no Sinmed-MG. Basta agendar um horário de atendimento no departamento jurídico e providenciar os seguintes documentos:

- três últimos comprovantes de pagamento;
- cópia do histórico funcional;
- cópia do documento de escolaridade (comprovante de conclusão de residência ou especialização/diploma, certificado);
- cópia do edital do concurso;
- cópia do Diário Oficial com a relação de aprovados.

UBERLÂNDIA

MP PROPÕE ACORDO E MÉDICOS AGUARDAM RESPOSTA DA PREFEITURA. CATEGORIA CONTINUA MOBILIZADA

Os médicos da rede pública de Uberlândia aguardam resposta da Secretaria Municipal de Saúde sobre as propostas apresentadas pelo Sindicato dos Médicos e membros da comissão de mobilização, durante audiência no Ministério do Trabalho, mediada pelo procurador do Trabalho, Fábio Lopes Fernandes, no dia 30 de junho, com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Fundação Maçônica Manoel dos Santos e Fundação Sal da Terra.

Elaborado para atender as duas fundações, porém não extensivo aos médicos do Programa de Saúde da Família (PSF), o acordo contempla os seguintes itens: unificação dos percentuais de horas extras em 100%, inclusive para as horas que extrapolarem a jornada noturna; remuneração de R$50 para cada hora trabalhada; fixação do salário por hora, obedecendo ao limite mínimo de 48 horas mensais e máximo de 220; permissão para trabalho em jornada de 12X36 horas e extinção do plantão de 24 horas consecutivas; hora extra noturna de 60 minutos, para trabalho executado entre 22h e 5h; banco de horas com compensação no mesmo mês; pagamento do adicional de insalubridade sobre três salários mínimos (salário do profissional médico) e não mais sobre um; entre outras garantias, como liberação remunerada para participação em congressos e cursos e fornecimento de lanches e refeições.

A data estipulada para que os termos do acordo entrem em vigor é 1º de agosto, com validade de um ano. A próxima reunião entre as partes envolvidas está marcada para 21 de julho, quando os médicos esperam uma resposta positiva da Secretaria Municipal.

Médicos rejeitam exclusão do PSF

Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, também no dia 30, os médicos aceitaram os itens do acordo, mas rejeitaram a proposta de não inclusão do PSF. "A suplementação do salário que o Ministério dispõe para a Prefeitura é um incentivo para fixar o médico no PSF e, portanto, o salário deve ser corrigido nas mesmas condições. "É certo que o Sinmed-MG não irá negociar benefícios para uma parcela da categoria, excluindo a outra", defende a diretora de Defesa Profissional do Sinmed-MG, Maria Madalena dos Santos e Souza, que participou da audiência com o procurador.

Durante a AGE, os médicos discutiram a proposta de demissão coletiva, caso a negociação com a Prefeitura não tenha êxito.

Outra deliberação foi pela eleição de novos delegados sindicais. Foi solicitado que cada delegado já atuante indique outros colegas.

O objetivo é aumentar a representatividade do sindicato no município e ajudar na mobilização dos médicos. A eleição acontece também no dia 21 de julho, quando a categoria volta a se reunir para avaliar a resposta da SMSE e decidir os rumos do movimento.

SETE LAGOAS

Médicos do HNSG fazem reunião para discutir proposta do hospital

Reunidos em assembléia, no dia 2 de julho, os médicos do Núcleo Materno Infantil da Maternidade Odete Valadares do Hospital Nossa Senhora das Graças (HNSG), em Sete Lagoas, receberam um novo documento da direção da entidade, onde consta a verba que a Secretaria de Saúde repassaria ao hospital – R$142 mil – para pagar o valor fixo dos plantões da unidade materno-infantil.

Após a assembléia, o Sinmed-MG solicitou um encontro com o secretário de Saúde, José Orleans da Costa, e a diretora técnica do HNSG, Maria Ribeiro Lopes, para discutir o assunto. A reunião aconteceu no dia 8 de julho, com a presença do presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, e do diretor Paulo Marra.

O diretor conta que a proposta deliberada em assembléia foi que, em um primeiro momento, o hospital contemplasse com a verba a melhoria da remuneração dos médicos em atividade, como uma forma de manter as equipes já existentes. Atingido esse objetivo, o próximo passo seria a busca de novos médicos para os plantões. Segundo ele, o argumento não foi aceito.

"Eles deixaram claro que a verba prometida é para a equipe ampliada e já adiantaram que o aumento a ser proposto é inferior ao pleito dos médicos e não há como mudar essa situação", conta.

Segundo o diretor, a situação dos médicos que atuam no Núcleo Materno-Infantil do hospital – anestesiologistas, pediatras e obstetras – é muito complicada, principalmente no que se refere aos contratos diferenciados para cada especialidade. Os médicos do hospital tentam há vários meses negociar com a direção a correção dos valores pagos a título de subvenção para os plantões médicos, que não foram reajustados desde 2006.

Após o fechamento desta edição, o "Trabalho Médico" foi informado de que, durante assembléia realizada no dia 13 de julho, os médicos decidiram encerrar os plantões na maternidade no prazo de 30 dias. O movimento será avaliado na próxima AGE, dia 22 de julho. Outra deliberação foi entrarem com ação individual na Justiça pedindo o reconhecimento de vínculo. Mais informações no site do Sinmed-MG.

RIBEIRÃO DAS NEVES

MÉDICOS NÃO CONCORDAM COM JUSTIFICATIVAS DA PREFEITURA

Os médicos da rede pública de Ribeirão das Neves continuam buscando uma negociação favorável com a Prefeitura do município. A última Assembléia Geral Extraordinária aconteceu no dia 4 de junho, na sede do Sinmed-MG.

A AGE foi presidida pelo diretor Fernando Mendonça, que relatou a reunião que teve na tarde deste mesmo dia com a secretária de Saúde do município, Renata Leandro de Figueiredo e Silva; o secretário de Finanças, Alderano Arja; e a supervisora de Gestão de Pessoas da Prefeitura, Gerusa Mirela Mendes Torquato. A reunião foi agendada atendendo à solicitação do Sinmed-MG.

Segundo Mendonça, os gestores disseram que o município está impedido legalmente de conceder qualquer reajuste por já ter ultrapassado os recursos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão de Municípios (IRFS) para gastos com pessoal. Alegaram também a questão da redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apesar da mídia ter divulgado, por várias vezes, declaração do presidente Lula garantindo que nenhum prefeito receberia este ano menos recursos do que no ano passado.

A única novidade, em relação à última assembléia realizada no dia 14 de maio com os médicos de Ribeirão das Neves, foi o convite da secretária para que sejam indicados dois médicos para integrar a comissão de protocolo e regulação, em formação no município, o que será feito em assembléia no sindicato.

O diretor colocou que o fato da justiça ter suspendido liminarmente a greve não pode significar o fim do movimento e que o sindicato está buscando outras formas de pressionar a Prefeitura. Ficou deliberado na assembléia que o departamento jurídico do Sinmed-MG vai estudar a melhor maneira de questionar os gestores sobre questões relativas ao desempenho econômico da administração: "O objetivo é levantar informações sobre aspectos relevantes do município que possam subsidiar as negociações da categoria", disse.

Por decisão dos médicos, a assembléia foi mantida em aberto. "A categoria deve continuar mobilizada e lutando para melhorias na remuneração e, principalmente, nas precárias condições de trabalho e atendimento", afirma Fernando Mendonça.

PLANO DE CARREIRA

LANÇAMENTO DO PLANO-MODELO DE CARGOS E CARREIRA E VECIMENTO DA FENAM REÚNE ENTIDADES MÉDICAS NO RJ

No dia 3 de junho, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) apresentou o Plano-modelo de Cargos, Carreira e Vencimentos, o PCCV, para médicos de todos os Estados do país. O evento, realizado na sede da federação, no Rio de Janeiro, reuniu membros das três entidades médicas envolvidas na criação do plano - Fenam, Associação Médica Brasileira (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM), e sindicalistas de vários sindicatos do país.

Também marcaram presença o presidente do Sinmed-MG e da Fenam Regional Sudeste, Cristiano da Matta Machado; o diretor do sindicato e secretário de Finanças da Fenam, Jacó Lampert; e o ouvidor do sindicato e secretário de Saúde Suplementar da Fenam, Márcio Bichara. Na mesa principal, Paulo de Argollo, presidente da federação, abriu a cerimônia, acompanhado da representante do Ministério da Saúde, Eliane Pontes de Mendonça; do conselheiro do CFM, Aloísio Tibiriçá Miranda; do diretor da AMB, Ernesto Mayer, e do coordenador do projeto do PCCV na Fenam, Waldir Cardoso.

Divulgação Fenam

Na sede da Fenam, no RJ, PCCV foi apresentado às endidades médicas

Elaborado sob a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o PCCV levou dois anos para ser concluído. Argollo explica que o plano representa uma das bandeiras de luta mais importantes da categoria médica e pode ser utilizado tanto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quanto pela iniciativa privada. "É um momento em que se concretiza uma proposta escrita, formal, acabada, delimitada; uma proposta que é tecnicamente muito qualificada e que nós apresentamos como uma solução para os problemas que a saúde vem enfrentando, e que não são poucos", disse o presidente.

A falta de profissionais qualificados que queiram atuar no serviço público é, segundo ele, um desses problemas. "Há um desinteresse coletivo e progressivo no serviço público na área de saúde e nós queremos contribuir para reverter esse quadro. Precisamos dar ao médico uma possibilidade de crescimento, um horizonte, para aproximá-lo novamente do serviço publico", acentuou.

O coordenador do projeto na Fenam, Waldir Cardoso, lembra que, a partir do momento em que os médicos tiverem uma carreira, as cidades do interior onde não há atendimento por falta de profissionais passarão a contar com esse tipo de serviço.

Quanto à remuneração, Cardoso afirma que o plano foi elaborado em cima de valores compatíveis com o mercado e as faixas salariais têm uma amplitude de acordo com a perspectiva de carreira de 20 anos.

O PCCV está disponível na íntegra no portal da Fenam: *www.fenam.org.br*

INFLUENZA A/H1N1

GOVERNO DECRETA EMERGÊNCIA NO ESTADO E SINDICATO PEDE MAIS ESCLARECIMENTOS

Em ofício enviado ao governador do Estado, Aécio Neves, e ao Secretário Estadual de Saúde, Marcus Pestana, no dia 24 de junho, o Sindicato dos Médicos pede esclarecimentos sobre as ações que estão sendo tomadas para o enfrentamento da declarada pandemia de influenza A/H1N1, conhecida como gripe suína, em Minas Gerais. O questionamento surgiu após a publicação do Decreto Estadual, no dia 30 de abril, sobre a situação de emergência no Estado. O objetivo do Sinmed-MG, segundo o seu presidente, Cristiano da Matta Machado, é resguardar os interesses dos médicos, bem como os direitos e garantias dos cidadãos em geral, visto que é consenso entre as autoridades sanitárias nacionais e mundiais que as efetivas ações de combate e controle à Influenza A se dão a partir do fornecimento de atenção básica de qualidade à população.

No documento, o sindicato solicita informações sobre as providências já tomadas pelo Estado e as medidas que ainda serão adotadas, como definição de lista de hospitais de referência para contenção dos casos suspeitos; adequação desses hospitais quanto à infra-estrutura, recursos materiais e humanos; garantia de unidade de isolamento respiratório, disponibilidade de leitos para esse tipo de atendimento e capacidade ofertada de exames; e também medidas que garantam a capacitação dos profissionais de saúde e de vigilância sanitária visando o controle de infecção.

Uma das grandes preocupações do sindicato é com as ações do Estado de prevenção e controle da Influenza A, principalmente durante a situação de emergência. A entidade deseja saber se o governo tem apoiado técnica e financeiramente os municípios, para que esses assumam integralmente suas responsabilidades de gestores da assistência; se foram elaboradas estratégias de avaliação do impacto da situação emergencial sobre as condições de acesso da população aos serviços assistenciais e definidos mecanismos de regulação do provimento de serviços eletivos e de urgência.

Outra dúvida detalhada no ofício é sobre a autorização dada a SES e entidades a ela vinculadas de contratar bens e serviços necessários ao atendimento em situação emergencial, conforme artigo 3º do decreto. O sindicato indaga quais contratações foram feitas com dispensa de licitação, e se há previsão de que sejam realizadas, nos termos do artigo 3º.

O sindicato aguarda pronunciamento da Administração Pública para prestar esclarecimentos aos médicos, profissionais que terão suas condições de trabalho afetadas a partir das ações efetivas que devem ser adotadas para o enfrentamento da situação.

ELEIÇÃO CRM

CFM elege representantes regionais

Nos dias 1 e 2 de julho, o Conselho Federal de Medicina (CFM) elegeu, por meio do voto direto, novos representantes regionais da classe médica em todo o país. Em Minas Gerais, foram eleitos Hermann Alexandre Vicacqua von Tiesenhausen, como conselheiro efetivo, e Alexandre de Menezes Rodrigues, suplente, da chapa 2. Hermann já foi presidente do CRM de Minas Gerais e atualmente ocupa o cargo de conselheiro e 3º secretário.

O mandato dos novos membros terá a duração de cinco anos e se iniciará em outubro de 2009, com término em setembro de 2014.

APOSENTADORIA

IMPOSTO DE RENDA MAIOR DO QUE O DEVIDO SOBRE VALOR ORIUNDO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

Aqueles que, durante o período compreendido entre 1989 e 1995, estavam trabalhando e contribuindo para qualquer fundo de pensão (Sisteal, Fundação Atlântico, Previ, Petros, Açois, Valia etc) e, aposentaram depois de 1995, estão pagando a título de Imposto de Renda (IR) valor maior do que o devido, graças a antinomia gerada entre a Lei 7.713/88 e 9.250/95, que disciplinam a incidência do IR.

Para passar a pagar um valor menor a título de Imposto de Renda sobre os benefícios da previdência complementar, e, para receber o que foi pago a maior, é necessário o ajuizamento de ação contra a Receita Federal.

São necessários os seguintes documentos: cópia da CTPS que contenha a admissão na empresa patrocinadora do Plano de Aposentadoria Complementar, cópia da Carteira de Identidade, cópia do CPF, comprovante de endereço; contracheques emitidos pela empresa no período de 1989 até 1995, nos quais esteja discriminado o valor dos aportes para a fundação de aposentadoria complementar e o Imposto de Renda retido na fonte; contracheques emitidos pela fundação gestora do fundo de pensão a partir do momento da aposentadoria, nos quais esteja indicado o Imposto de Renda retido na fonte.

PREVIDÊNCIA PRIVADA

ENTIDADES NÃO APLICAM OS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA CORRETOS

Assim como as instituições bancárias, as fundações de previdência privada deixaram de aplicar os corretos índices de correção monetária correspondentes àquele período conturbado na economia nacional, o final da década de 80 e início da de 90 do século passado, em que a inflação atingiu a casa dos decimais.

Para garantir seu direito à quantia devidamente corrigida, aquele que recebe aposentadoria complementar do tipo contribuição definida e aquele que sacou as contribuições efetuadas à entidade gestora de aposentadoria complementar deve recorrer ao Judiciário. A demanda visa o pagamento da diferença entre a aplicação dos índices que correspondem à inflação da época e aqueles estipulados pelas fundações de seguridade social.

Podem demandar aqueles que 1 - tinham valores junto às entidades em jun/87, jan/89, fev/89, mar/90, abr/90, maio/90, jan/91, fev/91 e mar/91; 2- tenham sacado tais valores há cinco anos ou menos; 3 - estejam recebendo a complementação mensal da aposentadoria complementar (benefício saldado) pelo plano de aposentadoria complementar da modalidade contribuição definida.

Para instruir a petição inicial são necessários os seguintes documentos: cópia da CTPS que contenha a admissão na empresa patrocinadora do Plano de Aposentadoria Complementar, cópia da Carteira de Identidade, cópia do CPF, comprovante de endereço, documento que comprove a data na qual a pessoa se filiou ao plano de previdência privada, documento que informa a concessão da aposentadoria privada, cópia do demonstrativo de pagamento de benefício, cópia do demonstrativo de cálculo-resgate de reserva e extrato das contas que indique o saldo em jun/87, jan/89, fev/89, mar/90, abr/90, maio/90, jan/91, fev/91 e mar/91 (caso a pessoa não possua esse documento deve entrar em contato com a entidade gestora do plano de previdência privada. Se houver negativa de entrega do documento, o participante deve guardar essa negativa, que substituirá o extrato).

Caso você tenha interesse na proprocição dessas ações, agende um horário com o departamento jurídico do sindicato, das 14h às 18h., pelo telefone (31) 3241 2811

CERSAMS

JUIZ RECONHECE DIREITOS DOS MÉDICOS DO CERSAM EM RELAÇÃO A SOBREJORNADA

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Municipal da Comarca de Belo Horizonte proferiu, em primeira instância, sentença julgando integralmente procedentes os pedidos realizados pelo Sinmed-MG em Ação Ordinária proposta em desfavor do Município de Belo Horizonte. A decisão determina ao Município-Réu que deixe de exigir dos médicos atualmente em atividade nos Centros de Referência de Saúde Mental (Cersams) a realização obrigatória de sobrejornada de trabalho em plantões noturnos, em finais de semana e feriados. Também deixa claro que esses plantões podem ser facultados aos médicos, mas de maneira exclusivamente optativa.

O juiz determinou, ainda, que o município remunere os plantões como hora extra, com um valor, no mínimo, superior a 50% da hora normal, o que não vinha acontecendo. A autoridade entendeu que deverá ser pago aos médicos, que realizaram em sobrejornada plantões nas condições demonstradas, a diferença entre o que foi efetivamente creditado e o valor realmente devido nos últimos cinco anos, a contar da data do ajuizamento da ação.

A advogada do sindicato, Mariana Lobato, conta que a Ação Ordinária em desfavor do Município de Belo Horizonte foi proposta em julho de 2008. Segundo o departamento jurídico do Sinmed-MG, somada à irregularidade da exigência à realização desses plantões além da jornada – o período previsto em lei e no edital do concurso é de vinte horas semanais – tem-se a agravante do excesso de trabalho e os riscos que a realização desses plantões, nos moldes propostos, oferecem ao profissional e ao paciente.

Os médicos são submetidos a plantões de 12 horas em esquema de rodízio, ficando um ou dois profissionais – dependendo da escala formulada – por final de semana responsável pelas sete unidades dos Cersams existentes em Belo Horizonte, o que acaba comprometendo a qualidade do serviço prestado.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Médicos buscam apoio do MPT para regularizar relação de trabalho com as operadoras de saúde

Com a intervenção do Ministério Público do Trabalho, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) deu início às discussões sobre a necessidade de reajustes e a regularização do contrato de trabalho entre médicos e operadoras de saúde. Na audiência de mediação entre operadoras e a Agência Nacional de Saúde (ANS), no dia 10 de junho, o diretor de Saúde Suplementar da Fenam e ouvidor do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Márcio da Costa Bichara, explicou que a intenção da federação é criar uma mesa nacional de negociação, para definir valores, periodicidade de reajustes e índices, conforme estipula resolução da ANS.

O procurador geral do Trabalho, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, reconheceu que, ao contrário do que as operadoras alegam, existe uma relação de trabalho entre as partes que precisa ser formalizada. "Trata-se de uma questão complexa, mas acredito que irá haver um avanço nas próximas discussões. A intenção é que, no futuro, possa se chegar a um ponto comum, para atender ao interesse dos médicos, das operadoras, da ANS e, principalmente, da comunidade, a mais afetada quando há um problema dessa natureza", declarou o procurador durante a reunião.

Segundo Bichara, o Ministério Público está em processo de análise das documentações apresentadas pelas partes envolvidas, para dar prosseguimento às discussões. A próxima reunião, ainda sem data definida, será mediada pelo procurador geral do trabalho, Otávio Brito Lopes.

PSF

2ª VITÓRIA PARA OS MÉDICOS DO PSF EM BELO HORIZONTE

O juiz da Terceira Vara de Feitos Tributários da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte proferiu sentença de forma fundamentada e concluiu pela procedência dos pedidos na ação de nº 0024.09.482390-3, condenando o réu/Município de Belo Horizonte a restituir aos autores – oito médicos, servidores municipais – as quantias descontadas a título de contribuição previdenciária sobre os pagamentos do Prêmio Pró-Família. Os valores deverão ser acrescidos de correção monetária e juros.

A tese desenvolvida pelo departamento jurídico do Sinmed-MG defende que o "Plus", espécie de gratificação paga aos médicos do Programa de Saúde da Família, não pode servir como base de cálculo para pagamento de contribuição previdenciária em razão de ser vantagem de caráter transitório, que pode ser suspensa a qualquer tempo.

Nessa linha, no ano de 2006, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, no intento de garantir o direito de seus representados, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com o propósito de os médicos municipais que aderiram ao Programa de Saúde da Família não sofrerem a incidência da contribuição previdenciária sobre o prêmio em questão.

A ação mandamental dada como encerrada concedeu a segurança pleiteada, determinando que do Prêmio Pró-Família não incida na contribuição previdenciária, marcando a primeira vitória do sindicato. Porém, o simples reconhecimento de ato lesivo praticado em desfavor dos servidores não exime o município de Belo Horizonte da obrigação de restituir os seus funcionários de todas as parcelas descontadas arbitrariamente sobre os seus proventos.

Em razão dessa grave ofensa, alguns dos servidores lesados, por meio do departamento jurídico do Sinmed-MG, recorrerem ao Poder Judiciário para reaverem valores descontados, arbitrária e ilegalmente, sobre suas remunerações. No dia 8 de julho foi publicada a primeira sentença, referente às ações de cobrança que têm como objeto a restituição referida.

Diante desse precedente, o departamento jurídico do sindicato convoca, mais uma vez, todos os médicos que trabalham no Programa de Saúde da Família em Minas Gerais que tenham sofrido desconto de contribuição previdenciária sobre o chamado "Plus" – Prêmio Pró-Família, como aconteceu com os servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, e que tenham interesse em buscar a restituição desses valores descontados indevidamente, a agendar atendimento no sindicato.

Documentos necessários: cópia do CPF, RG e comprovante de endereço; cópia dos comprovantes de pagamento em que houve desconto previdenciário sobre o "Plus".

AGENDA

SIMPÓSIO DAS UNIMEDS, EM ARAXÁ DISCUTE NOVO CENÁRIO

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais participou da 22ª edição do Simpósio das Unimeds de Minas Gerais (SUEMG), realizado pela Federação das Unimeds de Minas Gerais, em Araxá, de 24 a 26 de junho. Com o tema central "Saúde: Novas estratégias para um mundo em transformação", o evento trouxe um panorama do mercado de saúde nacional, especialmente o privado, com uma programação atualizada e diversificada. Foram discutidas questões como a crise mundial, governança corporativa, reputação e gestão de marca, programas de saúde, tributos, entre outros. Estavam presentes cerca de mil pessoas, entre dirigentes e gestores das Unimeds de todo o país, autoridades e profissionais da área.

Na opinião da secretária-geral do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, presente ao evento, o objetivo do simpósio foi avaliar melhor e estimular reflexões em torno de mudanças mercadológicas, sociais e econômicas atuais e suas futuras perspectivas para o cooperativismo médico. "Diante do novo cenário global, afetado pela crise financeira, é fundamental que haja uma transformação em todos os setores, inclusive o de saúde suplementar", diz.

Segundo ela, para preservar a saúde da população, é preciso compreender as mudanças que já estão em evidência decorrentes da ampliação da concorrência e da redução dos postos de trabalho.

MEDICINA DE FAMÍLIA

IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA

A quarta edição do Congresso Mineiro de Medicina de Família e Comunidade reuniu, em Belo Horizonte, mais de 400 médicos e profissionais da área de saúde, entre os dias 11 e 14 de junho. Promovido pela Associação Mineira de Medicina de Família e Comunidade (AMMFC), o evento, que também contou com a participação de representantes de outros Estados, proporcionou uma ampla discussão sobre o perfil e papel do médico de família, da importância de uma visão mais abrangente no acompanhamento do indivíduo, desde o nascimento até a maturidade.

Entre os vários temas relevantes apresentados, o diretor do Sinmed-MG e médico de família, André Christiano dos Santos, destaca o protocolo criado pelo Estado para servir de referência no atendimento, as chamadas linhas-guia. Segundo o diretor, os participantes tiveram a oportunidade de debater, esclarecer e dar opiniões e sugestões sobre esse novo modelo de atendimento que já está sendo implantado nas diferentes linhas de atuação da medicina de família.

Diretor do sindicato na Associação

Ao final do congresso, a Associação Mineira de Medicina de Família e Comunidade elegeu a nova diretoria para a gestão 2009/2011. O diretor do Sinmed-MG André Christiano assumiu o cargo de diretor da Comissão de Condições de Trabalho, contribuindo, assim, para a aproximação das duas entidades. "Como diretor da associação, quero acompanhar de perto as condições de trabalho dos colegas, para, junto ao sindicato, lutar por melhorias", declara.

André Christiano

Uma das principais reivindicações dos médicos do PSF é a criação do cargo de 40 horas. Hoje, em Belo Horizonte, o cargo é de 20 horas, com extensão de jornada "obrigatória" de outras 20 horas. A efetivação das 40 horas é importante para que os médicos tenham direitos, como a aposentadoria, garantidos sobre esse montante. Em Minas Gerais, cerca de 3.600 médicos atuam na área de medicina de família. André lembra que a AMMFC tem um papel fundamental na consolidação da medicina de família no Estado, uma especialidade relativamente nova, mas que tem ganhado cada vez mais força. "Além disso, por ser uma entidade científica, é o principal meio de atualização e educação continuada, para profissionais não só de Belo Horizonte, mas de todo o Estado, inclusive de pequenas cidades do interior", completa.

COOPERATIVISMO

TERMO DE CONCILIAÇÃO COM O MPT TRAZ MAIS SEGURANÇA ÀS COOPERATIVAS MINEIRAS

O recente Termo de Conciliação Judicial com o Ministério Público do Trabalho, assinado pelo Hospital Felício Rocho e pela Cooperativa Médica de Especialidades (Felicoop), é uma importante conquista para as cooperativas de trabalho médico em todo o Estado.

Desde 2007, quando a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) passou a fiscalizar e autuar hospitais e cooperativas médicas de Belo Horizonte, a Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom) deu início a uma luta persistente em defesa não somente da legalidade das cooperativas, mas da autonomia do trabalho médico. A federação contou com o apoio da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Associação Médica de Minas Gerais, Associação dos Hospitais de Minas Gerais, Conselho Regional de Medicina e Sindicato dos Médicos de Minas Gerais.

Entidades médicas se reúnem e decidem pelo início do movimento em defesa das cooperativas.

José Augusto Ferreira, presidente da Fencom

Nesse período, as entidades apresentaram uma forte atuação jurídica, com a participação em audiências na DRT e no Ministério Público do Trabalho, em reuniões com o então prefeito, Fernando Pimentel, com a Comissão de Saúde e Trabalho da Assembléia Legislativa, e com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, entre outras ações.

Segundo o diretor presidente da Fencom, José Augusto Ferreira, esse contrato, assinado com bastante seriedade e sensatez, possibilitou um amplo debate sobre as peculiaridades do cooperativismo de trabalho médico, contemplando os legítimos interesses de todos os envolvidos. "O termo é uma vitória, pois garante mais segurança jurídica e sustentabilidade às cooperativas, que têm como principal característica a valorização do trabalho médico. A previsão é de que, em breve, outros hospitais e cooperativas também assinem o documento", comenta Ferreira.

DEBATE

SINMED-MG PRESENTE NO FÓRUM DE COOPERATIVISMO MÉDICO

Cerca de 200 pessoas, entre representantes de cooperativas e entidades médicas de todo o país, participaram do II Fórum Nacional de Cooperativismo Médico, nos dias 4 e 5 de junho, em Brasília. Cooperativismo médico no Sistema Único de Saúde, a implantação da CBHPM no SUS, cooperativas de trabalho médico e o Sistema Unimed foram os principais temas abordados. A programação incluiu conferências, palestras, mesas-redondas e debates.

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais foi representado pelo seu presidente, Cristiano da Matta Machado; o diretor Jacó Lampert, também secretário de Finanças da Fenam; o conselheiro fiscal Josemar de Almeida Moura; e os ouvidores sindicais, Ewaldo Aggrippino (suplente) e Márcio Bichara (titular), também secretário da Fenam e membro da Comissão de Cooperativismo Médico.

Márcio Bichara ressalta que o fórum foi criado com o objetivo de consolidar a luta das entidades médicas por meio de uma atuação conjunta com o sistema cooperativista. "O diálogo é fundamental para a busca de soluções", afirma o secretário, lembrando que a Fenam, a AMB e o CFM assumiram o compromisso de analisar as propostas apresentadas e dar o correto encaminhamento, para que o evento não fique só na discussão, mas seja colocado em prática.

Cooperativismo e CBHPM no SUS

A relação com o sistema público é uma das questões que mais preocupam a categoria, segundo o presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado. Ele explica que a organização em cooperativas é uma válvula de escape encontrada pelos médicos para enfrentarem problemas como a falta de um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e de um salário mínimo profissional. "Via cooperativa, o salário é mais atrativo, mas, por outro lado, esse sistema não oferece direitos trabalhistas como 13º salário, férias, licenças, entre outras. Entendemos a escolha do médico, mas nossa luta continua sendo por concursos públicos que garantam uma correta progressão na carreira e o piso proposto pela Fenam, de R$8.239,24", afirma.

Sobre a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no SUS, já implantada no sistema de saúde suplementar e considerada um avanço para a categoria, Matta Machado relata que as entidades médicas defendem a criação de um referencial único para todos os procedimentos médicos. Depois, a luta é pelos honorários.

"Temos consciência de que o SUS não tem condições de pagar o mesmo valor das operadoras, sabemos da falta de recursos que o sistema atravessa, mas a intenção é que os próprios Estados e municípios possam negociar os valores do rol de procedimentos, que são flexíveis e poderão ser ajustados de acordo com a disponibilidade financeira de cada município", aponta.

Atualmente, os valores pagos pela tabela do SUS são classificados como aviltantes pelos médicos. O preço das consultas de baixa complexidade é de R$ 2,50 e R$ 10 para as de alta complexidade.

O Fórum também foi palco de uma ampla discussão sobre o Sistema Unimed e a sua importância para a categoria. O tema promoção e prevenção da saúde no sistema suplementar foi abordado com bastante destaque, visto que, cada vez mais, é uma necessidade de todos os setores, e tem papel fundamental para controlar os custos gerados pela medicina, crescentes a cada ano.

Secretário da mesa no painel que debateu o tema durante o fórum, o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais explica que a inflação no setor é maior do que a média geral, o que leva a dificuldades econômicas. "Por isso, a redução de custo, gerada pela prevenção e promoção da saúde, é importante para a manutenção do sistema", diz.

O Projeto de lei 131/08, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, do deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS), também foi debatido. Durante o fórum, a senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), relatora do projeto antes de assumir a 2ª vice-presidência do Senado, apresentou a nova proposta de emenda, atendendo ao pedido das entidades médicas de ficarem de fora do projeto.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

APROVAÇÃO DE CONTAS MOSTRA EVOLUÇÃO

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais realizou, no último dia 30 de junho, Assembléia Geral Ordinária (AGO), para aprovação das contas referentes ao exercício de 2008. O edital da AGO foi divulgado dia 24 de julho, no jornal "O Tempo".

O balanço apresentado foi auditado por auditores independentes da Bauer Auditores Associados, com recomendação do Conselho Fiscal do Sinmed-MG para sua aprovação. Assinaram o documento os seguintes conselheiros fiscais do sindicato: Eliane de Souza, José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Luciana Rabelo Ferreira e Maria Lucinda Macedo.

Mais uma vez, o Sinmed-MG mostrou que está sabendo administrar bem o dinheiro do médico, com planejamento e parcimônia. "O crescimento do número de médicos que pagam as contribuições sindical e social, respectivamente de 153% e 128% no período de 2005 a 2008, é prova de que o sindicato tem atendido aos anseios da categoria nas inúmeras lutas por condições de trabalho, salariais, respeito e valorização profissional", diz Jacó Lampert, diretor administrativo financeiro do Sinmed-MG.

Segundo ele, além das campanhas salariais, que acontecem hoje simultaneamente em mais de 15 municípios do Estado, o sindicato tem buscado investir em serviços que possam atrair os médicos para a entidade, como a ampliação do departamento jurídico e o atendimento da Comissão de Defesa do Médico, realizado em conjunto com a Associação Médica de Minas Gerais.

Jacó lembra também o esforço do sindicato em realizar campanhas de filiação e de acerto das contribuições sindicais em atraso, buscando mostrar ao médico a importância de participar da entidade e tendo como incentivo o sorteio de carros.

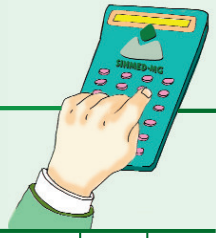
Segundo o diretor, no entanto, ainda existem muitos médicos que não perceberam a importância de participar da entidade para ter um respaldo em suas lutas: "Quanto maior for o número de médicos sindicalizados, maior o poder de força da entidade".

BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2008

ATIVO	31.12.2008	31.12.2007
CIRCULANTE	**368.279**	**3.579.958**
Caixa	5.377	1.199
Bancos - conta movimento	10.713	20.493
Aplicações Financeiras	348.272	280.984
Valores Bloqueados	3.918	2.964
Anuidades a Receber	-	4.365.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.091.323)
Valores a apropriar	-	346
NÃO CIRCULANTE	**2.467.038**	**-**
Realizável a longo prazo		
Anuidades a Receber - 2008	1.630.804	-
Contribuição Social a Receber - 2008	2.353.752	-
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(1.517.517)	-
PERMANENTE	**525.958**	**534.748**
Investimentos	114.619	114.591
Diferido	7.811	9.764
TOTAL DO ATIVO	**3.361.275**	**4.114.706**

PASSIVO	31.12.2008	31.12.2007
CIRCULANTE	**722.109**	**1.678.300**
Fornecedores	35.116	27.629
Obrigações sociais a recolher	32.231	18.744
Obrigações fiscais a recolher	7.708	4.376
Obrigações com entidades	647.054	1.627.551
PATRIMÔNIO SOCIAL	**2.639.166**	**2.436.406**
Fundo Patrimonial	1.121.118	1.121.118
Reserva de Reavaliação	307.091	318.451
Superávit (Déficit) Acumulados	1.210.957	996.837
TOTAL DO PASSIVO	**3.361.275**	**4.114.706**

Alguns números do crescimento



Comparativamente ao ano de 2005, houve um aumento na arrecadação da contribuição sindical de 170%, passando de R$567.088 para R$1.532.719,65, em 2008. Já a arrecadação com a contribuição social subiu 175% no período, passando de R$271.310 para R$745.306,77.

Em 2005, 5.314 médicos pagavam a contribuição sindical. Em 2008, foram 13.444 (crescimento de 153%). Antes, eram 2.018 médicos quites com a contribuição social e, em 2008, foram 4.600 (crescimento de 128%).

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICOS

Anos/porcentagem	2005	%	2006	%	2007	%	2008
Contribuição sindical	5.314	153%	9.584	40%	11.572	16%	13.444
Contribuição social	2.018	128%	3.101	48%	3.127	47%	4.600

As porcentagens são comparativas ao ano de 2008: 2005/2008 - 2006/2008 - 2007/2008

COMPARATIVO DESPESAS X RECEITAS

	2005	2006	2007	2008
DESPESAS	1.276.842,42	1.567.114,27	1.876.176,15	2.147.623,00
RECEITAS	986.617,47	1.658.838,71	1.898.333,99	2.315.002,00
	(290.224,95)	91.724,44	22.157,84	167.379,00

SALÁRIO MÍNIMO

PL tem apoio da relatora na CCJC

O Projeto de Lei 3734/08, que fixa o salário mínimo profissional de médicos e odontólogos em R$ 7 mil para 20 horas semanais, está próximo de ser aprovado. Durante reunião com representantes das entidades médicas e de dentistas, realizada no dia 8 de julho, na Câmara dos Deputados, a relatora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), deputada Sandra Rosado (PSB/RN), afirmou ser favorável ao projeto.

O parecer será dado após o recesso parlamentar, que começa no dia 17 de julho e vai até a primeira semana de agosto. Segundo ela, o momento agora é de mobilização, para que os membros da CCJC tenham o respaldo de médicos e dentistas de todo o país. Ela pediu para que os profissionais peçam apoio aos parlamentares e líderes de partido, por meio de e-mails e cartas.

Sandra explicou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem a função de julgar apenas a constitucionalidade dos projetos e, portanto, não tem competência para se manifestar quanto ao mérito do documento, o que já foi feito pelas outras comissões. No dia 27 de maio, o PL 3.734/2008 foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Emenda é rejeitada

Exatamente por não julgar mérito, a relatora adiantou que a CCJC irá rejeitar a emenda proposta pelo deputado José Linhares (PP/CE), que sugere que o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas, para uma jornada de 24 horas semanais, seja estabelecido por meio de convenções coletivas de trabalho.

Segundo o diretor de Saúde Suplementar da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e ouvidor do Sinmed-MG, Márcio Bichara, essa proposta é infundada e foi apresentada apenas para dificultar o processo. "Não se estabelece salário em convenção coletiva, apenas reajustes e benefícios", afirma.

JULIANA MARKUS

QUE TIPO DE MÉDICOS E MEDICINA NÓS QUEREMOS?

Formada em 2004, a jovem residente em clínica médica Juliana Markus fala sobre a escolha da profissão, os problemas da saúde no município de Uberlândia, onde reside e participa da luta dos médicos, e o que espera do futuro da medicina

Interesse pela medicina

As razões que me levaram a fazer medicina foram as vivências pessoais nas comunidades onde morei. Experiências que vão desde a ausência de serviços de saúde até o acompanhamento do empenho de profissionais para implantação do SUS no interior do Brasil. Ao assistir as carências das comunidades mais pobres e o desejo dos médicos de darem o melhor de si, me despertei para a profissão. Para isso, tive que deixar a família e buscar um centro urbano com faculdade pública de medicina. Foi quando me mudei para Uberlândia.

Pronto-socorro

Assim que me formei, comecei a trabalhar no pronto-socorro municipal de Uberlândia, na enfermaria e no ambulatório. Tal experiência me mostrou a importância de bons clínicos, com capacidade de diagnosticar ou de apresentar um leque de suspeitas diagnósticas mais prováveis, de interpretar exames e de distinguir o que deve ser tratado na urgência ou encaminhado ao ambulatório. Essa figura é imprescindível para a existência de uma prática médica racional, resolutiva e de qualidade.

Clínica médica

A postura ética do clínico e os seus saberes sobre os problemas gerais que afligem a saúde da população me fascinam. Os usuários e o sistema de saúde necessitam, cada vez mais, de profissionais capazes de compreender o paciente na sua globalidade, inserido no seu contexto social, emocional e ambiental. É por isso que optei pela residência

em clínica médica. Estou tendo também uma importante oportunidade de aprimorar debates sobre a ética médica e os aspectos legais que norteiam a profissão.

A saúde em Uberlândia

Uberlândia é uma cidade de porte médio. Hoje, com mais de 600 mil habitantes, é um pólo formador de recursos humanos na área de saúde. Os problemas da assistência se devem ao crescimento desordenado da cidade e pelo fato de ser uma referência regional. Não houve planejamento do setor de saúde para acompanhar o crescimento urbano, o que leva a uma grande deficiência do número de vagas em enfermaria e UTIs, sem falar das carências ambulatoriais.

Papel do Estado

Não tenho dúvidas sobre a importância da saúde pública no Brasil, do papel do Estado por justiça na distribuição dos recursos públicos e na organização de estratégias que combatam os grandes males do setor. No entanto, vejo muito pouca disposição e criatividade por parte de muitos gestores, para superar a burocracia do Estado, bem como a má gestão dos recursos públicos, a ausência de políticas de saúde e de estratégias bem definidas no atendimento à população. Todos reclamam da morosidade e dos problemas do governo, mas poucos são capazes de propor o novo, que seja para o bem comum.

Terceirização da saúde

A opção por repassar recursos públicos para organizações sociais administrarem unidades de saúde sem fazer Plano de Cargos, Carreira e Salários, sem definir estratégias e metas com os trabalhadores da saúde e com a sociedade civil organizada é um equívoco. Os dilemas éticos que encerram tais organizações são enormes. Quais são os interesses que motivam Organizações Não Governamentais a assumirem a gestão em saúde? É o puro desejo de fazer o bem ao próximo, ou será que recebem incentivos de grupos financeiros, da indústria farmacêutica, dos fabricantes de equipamentos médicos, muitas vezes negligenciando direitos trabalhistas e sem propor nada de inovador na organização de serviços? Por que o Estado, com toda a capacidade de formar recursos humanos, contratá-los e exigir resultados, seria inferior em gerir a saúde?

Plano de Carreira

A ausência de um Plano de Cargos, Carreira e Salários não prejudica exclusivamente os profissionais da saúde. Gera também um desamparo aos que necessitam da assistência pública, pois não garante a permanência dos profissionais nas pequenas cidades e nem no sistema público dos centros de médio e grande porte. Não garante médicos constantemente atualizados e motivados para o exercício da profissão. E pior, devido à falta de um PCCS, os usuários das unidades públicas não sabem a quem recorrer para reclamar ou para ter seu problema resolvido. Além disso, permite que os gestores criem posições de trabalho que não vão de encontro às necessidades dos serviços, deixando os profissionais que neles trabalham sem horizontes.

Futuro da medicina

É sobre o futuro da medicina que se encerram as minhas preocupações. Genival Veloso de França, no livro Direito Médico, diz que "a vida e a saúde das pessoas têm um relevante significado na manutenção da ordem pública e na segurança do Estado e devem estar inseridas como questão prioritária em todo projeto social. Por isso, a saúde passa a ter um sentido político".

Sob essa lógica, temos de entender o papel do médico enquanto indivíduo e cidadão, organizado nos seus sindicatos e associações. Defensor de uma concepção de modelo de saúde que garanta o acesso a todos, independentemente da posição social, opção política, sexual, religiosa ou da questão racial. É preciso discutir com a sociedade – trabalhadores da saúde, grupos organizados e demais interessados – que tipo de médico e medicina queremos, como devem ser organizados os serviços de saúde, como será o financiamento, quais são as prioridades. O meu desejo é que a medicina não se afaste de seu modelo ligado à arte e à ciência a serviço da vida individual e coletiva.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
CEP: 30130 090 - BH - MG